GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEDESE/CONEDH - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos

Ata

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CONEDH/MG, EM 14 DE MAIO DE 2026.

PRESIDÊNCIA DE ROBSON SÁVIO REIS SOUZA

Às 14h00, reúnem-se por meio de videoconferência pela plataforma Microsoft Teams em sessão plenária ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONEDH/MG, doravante identificado CONEDH/MG, os (as) conselheiros (as): Alysson Faria da Costa representando a Secretaria de Estado de Educação - SEE; Camila Aniceto de Oliveira representando a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SUPOD/SEJUSP; Ciro César de Carvalho representando a Secretaria de Estado de Saúde – SES; Danielle Rodrigues Domingues representando a Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBDH/SEDESE; Fernando Gonzaga Jayme representando a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Natália Cristina da Costa Pérpetuo representando a Subsecretaria de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBESP/SEDESE; Pablo Friche da Matta Machado representando Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais - SJPMG; Priscila Zacarias representando a Secretaria Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Renato Augusto Dores Fonseca representando a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP; Robson Sávio Reis de Souza representando a Pontifícia Católica de Minas Gerais – PUC Minas; Vanessa Maria Tavares da Silva representando a Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBDH/SEDESE. **I – Verificação de quórum:** Às 14h11, o presidente Robson Sávio verifica o quórum simples. Havendo número regimental, dar-se início à plenária. **II - Apresentação da justificativa dos conselheiros ausentes:** Anna Karla Ribeiro Silva representando a Secretaria Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Aylton Rodrigues Magalhães representando a Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG; Gilson Rodrigues Rosa representando a Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG; Leônidas Meireles Mansur Muniz de Oliveira representando a Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte – MITRA; Vânia Lúcia de Almeida representando a Secretaria de Estado de Educação – SEE. **III – Convidados:** Angela Maria Valentim Gonçalves representando o Conselho Regional de Psicologia – CRP; Clarissa Assis Pereira Gomes representando o Conselho Regional de Psicologia – CRP; Estefane Rodrigues de Souza representando a Aliança Nacional LGBTQI+; Gregory Rodrigues Roque de Souza representando a Aliança Nacional LGBTQI+; João Batista Moreira Pinto representando o Instituto DH; Nathalie de Siqueira Teodoro Garnique Rosado representando a Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBAS/SEDESE e Wellington Marçal de Carvalho representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino - SINDIFES. O Presidente Robson Sávio inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes. Comenta que foi encaminhado para todos os conselheiros os relatórios anual de 2025 e da 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos e esses são uma prestação de contas à sociedade civil e Governo além de preservar a memória do Conselho. Informa que a Secretária Executiva Maria Luiza fará os encaminhamentos dos relatórios para autoridades, órgãos públicos, instituições. Registra agradecimento especial ao Conselheiro Wellington e ao SINDIFES pela impressão do material da 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, como também à Professora Catarina, da UEMG e equipe, que foram responsáveis pela primeira versão da redação; agradece ao conselheiro Pablo que fez a diagramação do Relatório 2025 qualificando mais ainda, o que foi produzido. Lembra da importância dos conselheiros encaminharem os relatórios para suas instituições e outras que considerarem relevantes. Informa que foi feito o encaminhamento da Resolução Conjunta entre CONEDH e SEDESE que trata da criação de uma comissão para o monitoramento a ser realizado por uma equipe interinstitucional para as deliberações da Conferência Estadual de Direitos Humanos. Aguarda que a publicação seja feita o mais rápido possível para que os trabalhos iniciem.

Justifica a demora nas publicações do Conselho pelas mudanças ocorridas no Governo, o que não impede da participação dos representantes das entidades da sociedade civil eleitos, como convidados. Faz a leitura da pauta e pergunta se há acréscimos a serem feitos. **Encaminhamentos/providências/registros solicitados em ata:** ***1) Aprovação da ata de abril:*** a ata do mês de abril foi aprovada por unanimidade**. 2) Posse dos conselheiros representantes da Aliança Nacional LGBTI+, Instituto DH, SINDIFES, CRP, Subsecretaria de Trabalho e Assistência Social e Subsecretaria de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social:** Avisa que será feita uma reunião extraordinária para que a posse seja dada aos novos conselheiros com intuito de iniciar todo o processo eleitoral presidencial após a publicação no Diário Oficial. **3) Prorrogação do prazo do mandato da Diretoria até o término do processo eleitoral:** todos os conselheiros presentes concordaram com a prorrogação do mandato do presidente Robson Sávio e vice-presidente Fernando Jayme até a finalização do processo eleitoral para que não haja vacância, ou seja, um período de que não haja dirigentes no Conselho impedindo que este as atividades sejam efetuadas. **4) Eleições Presidenciais do CONEDH:** o Presidente Robson Sávio explica que é fundamental a recomposição das representações do Conselho pelos órgãos do Estado como da sociedade civil. Foram eleitas para este novo mandato às instituições: Conselho Regional de Psicologia – CRP, Aliança Nacional LGBTI+, Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino – SINDIFES, Instituto DH. Atualmente são duas pessoas dirigentes, o presidente e o vice-presidente, com término do mandato ao final de maio. O processo para a eleição da nova mesa diretora do Conselho aguarda publicação dos representantes da sociedade civil, para a composição plena do Conselho. Avisa que será criada uma Comissão Eleitoral para organizar todo o processo da eleição dos dirigentes. O Presidente Robson Sávio expressa o quão é importante dividir as responsabilidades e demandas com outros conselheiros em uma nova direção. O conselheiro Ciro diz que o CONEDH é um dos conselhos mais atuantes dentre as representações que ele participa. Considera que ter a presidência com representante da sociedade civil traz firmeza e independência para atuar nas várias atividades e pede que o Presidente permaneça na direção do Conselho no qual vem sendo conduzido com brilhantismo. O vice-presidente Fernando Jayme endossa as palavras do conselheiro Ciro, enaltecendo o trabalho desenvolvido pelo presidente Robson Sávio, que reorganizou administrativamente o Conselho além da sua liderança e trajetória na defesa dos direitos humanos. O presidente Robson Sávio agradece as manifestações e diz que historicamente o Conselho tem sido presidido pela sociedade civil, mas que a representação de órgãos do Estado tem seu papel no trabalho que é realizado. O vice-presidente Fernando Jayme complementa dizendo que muitas vezes, a violação é do Estado, portanto, teriam um conflito entre a atuação do Conselho sendo conduzido por um servidor público na presidência e a tutela da gestão do mesmo. O presidente Robson Sávio pede que o Assessor Jurídico Walter avalie legalmente se será necessário fazer publicação sobre a prorrogação do mandato dos dirigentes. Dá as boas-vindas à Nina, a estagiária da Assessoria jurídica do CONEDH nesta reunião. **5) Composição da Comissão Eleitoral Presidência do CONEDH:** o presidente Robson Sávio avisa que os conselheiros que se candidatarem para a Comissão Eleitoral não poderão se candidatar aos cargos de dirigentes. Sugere formar uma comissão mista com 3 pessoas (sociedade civil e representação governamental), sendo uma delas a coordenadora do processo que vai até a publicação dos eleitos. **6) Recomposição das Comissões e Representações Institucionais Externas:** Apresenta as comissões e os membros: 1) Comissão de Investigação e Procedimentos Administrativos sobre Violações de Direitos Humanos – CIPAVI – DH: conselheiros: Wagner Dias Ferreira, Fernando Gonzaga Jayme, Alysson Faria da Costa, Gregory Rodrigues Roque de Souza, Estefane Rodrigues de Souza, Claudenice Rodrigues Lopes. Solicita que a Secretária Executiva verifique com os conselheiros Wagner e Claudenice se participarão da CIPAVI. Pede que o conselheiro Fernando Jayme organize uma reunião para eleger o coordenador da CIPAVI; 2) Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura – CEIVIT: Vanessa Maria Tavares da Silva, como coordenadora, Pablo Friche da Matta Machado, Fernando Gonzaga Jayme, João Batista Moreira Pinto, Gilson Rodrigues Rosa, Natália Cristina da Costa Perpétuo e Nádia Estela Ferreira Mateus. O presidente Robson Sávio pede que seja convocada uma reunião após publicação do nome da conselheira Vanessa como coordenadora e dos conselheiros para dar prosseguimento aos trabalhos; 3) Comissão de Divulgação e Conscientização para Eficácia dos Direitos Humanos: conselheiros Pablo Friche da Matta Machado, Gregory Rodrigues Roque de Souza e há mais uma vaga a ser preenchida. O presidente Robson Sávio pede que o conselheiro Pablo seja o coordenador desta comissão; 4) Comissão de Pesquisa, Legislação e Medidas Executivas para Eficácia dos Direitos Humanos: não há nenhum membro. É uma comissão que propõe a produção de resoluções, pareceres sobre determinados temas como também, trabalhar em pesquisa sobre legislação de direitos humanos para propor projetos no âmbito do município e Estado, questões relacionadas ao orçamento na área de direitos

humanos. Relembra que uma das comissões a ser formada é a que tratará do avanço de alguns grupos religiosos sobre a laicidade do Estado e espaços como escolas. Solicita ao conselheiro Pablo que suspenda a criação da página do Conselho no *instagran* durante o período eleitoral com as resoluções que saíram sobre vedação eleitoral. Lembra que caso tenha algum conselheiro que vai se candidatar a algum cargo público na próxima eleição, é necessário que este faça descompatibilização para concorrer sem problemas. Pede à Secretária Executiva Maria Luiza que encaminhe por e-mail as resoluções que tratam do assunto aos conselheiros. O conselheiro e vice-presidente Fernando Jayme faz relato sobre o Plano Pena Justa. Diz que trabalhou como representante do CONEDH na elaboração do projeto que é muito semelhante ao que constava nos arquivos do Conselho Nacional de Justiça, sendo que não houve nenhuma adaptação ou adequação à realidade atual. A previsão de orçamento foi de 8 bilhões e meio, o que equivale a 7 vezes o orçamento total da SEJUSP, tornando o projeto inviável sob o ponto de vista orçamentário. Comenta que para o ano de 2026, não havia uma previsão de tratamento para a execução ou início da execução deste programa. Evidenciou-se um silenciamento da sociedade civil neste Plano e ele era o único representante da sociedade civil num gabinete de 21 pessoas, sendo que essa voz não tinha efetividade, a não ser pontuando ou trazendo algumas questões sobre a forma desumana de tratar as pessoas encarceradas. Relata da sua participação numa fiscalização junto com a Deputada Bella Gonçalves ao CERESP Gameleira onde presenciou as condições degradantes do local e dos que ali estão presos. Relata que a situação do sistema prisional em Minas Gerais vem se agravando a cada dia mais. O Mecanismo de Combate e Prevenção à Tortura e o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania qualificaram o sistema prisional mineiro como um dos que utiliza da violência sistemática e negação dos direitos dentro do sistema prisional no Brasil, tendo a maior taxa de aprisionamento de pessoas pretas e pardas per capita. Sugere que façam uma ação junto ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Informa que votou reprovando o Plano Pena Justa contra 20 votos a favor e encaminhou ao Conselho Nacional de Justiça uma representação pela inconstitucionalidade do projeto apresentado pelo Gabinete e justifica que mesmo que houvesse pontos positivos que pudessem ser destacados no Plano, ele cria uma responsabilidade para o próximo Governador eleito comprometendo o exercício da gestão e administração do Estado. Ressalta também, que os familiares dos detentos sofrem violência e humilhações nas visitas e tendo que cumprir o que deveria ser papel do Estado com os kits de higiene e alimentação adequada. O presidente Robson Sávio diz que em relação ao Plano Pena Justa foram feitos encaminhamentos do parecer produzido pelo vice-presidente Fernando Jayme ao Ministro Edson Fachin, presidente do Conselho Nacional de Justiça e ao presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais. Conta que o Governo de Minas anunciou a construção de penitenciárias de segurança máxima como as penitenciárias federais, que são muito mais onerosas. Sugere, acatando posicionamento do vice-presidente, encaminhar uma petição do Plano Pena Justa à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que monitora a violaçao de de direitos humanos no continente americano. Pede que o Assessor Jurídico Walter providencie o documento de peticionamento da representação (do Plano Pena Justa à Comissão Interamericana de Direitos Humanos), com a devida fundamentação legal, cujo documento final será revisto pelo vice-presidente do Conselho. Diz que o conselheiro Wagner ficou responsável em apresentar um relatório sobre o número de mortes no sistema prisional e solicita que a Secretária Executiva faça um compilado deste relatório do DEPEN e repasse aos conselheiros. Sugere que esse documento também seja encaminhado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos como anexo. O Sr. Gregory avisa que encaminhou mensagem pedindo celeridade às publicações dos novos conselheiros eleitos nas eleições para a sociedade civil ao Secretário de Estado Interino Sr. Ricardo. O presidente Robson Sávio despede-se de todos os presentes e avisa que a próxima reunião ordinária será no dia 11 de junho por videoconferência. **Encerramento:** Cumprida a finalidade da reunião, a presidência procede ao seu encerramento, às 15h:42. Eu, Shelen Rodrigues Sudario da Silva, Masp. 342.890-1, lotada na SEDESE/DAOCDH/CONEDH, lavrei a presente ata que após ser lida e aprovada, será assinada.

Documento assinado eletronicamente por **Robson Sávio Reis Souza**, **Usuário Externo**, em 12/06/2026, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Renato Augusto Dores Fonseca**, **Servidor(a) Público(a)**, em 12/06/2026, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Alysson Faria Costa**, **Servidor (a) Público (a)**, em 12/06/2026, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Maria Tavares da Silva**, **Diretor(a).**, em 15/06/2026, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **141960698** e o código CRC **C1E6AEDF**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001961/2026-73 SEI nº 141960698